

Governo opta pelo endurecimento

por Cláudio Safatle
de Brasília

O governo do presidente Sarney está pondo em prática uma estratégia de "endurecimento" nas relações com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e espera, com isso, não apenas obter um bom acordo para os próximos dezöito meses mas também capitalizar a simpatia do público interno e da base de sustentação parlamentar.

Na última sexta-feira, um dia após a divulgação das medidas de aperto econômico decididas pelo presidente Sarney, o porta-voz do Palácio do Planalto para assuntos econômicos, jornalista Frota Neto, anunciou à imprensa que "o governo vai aguardar uma manifestação do FMI" sobre o pacote de

cortes de gastos e aumento de receitas, que renderá Cr\$ 39,2 trilhões, reduzindo, assim, o déficit do setor público estimado até o final do ano para Cr\$ 69,6 trilhões. Não se trata de uma suspensão das negociações nem de um impasse na elaboração do acordo "stand-by".

O governo não abrirá mão do crescimento da economia em 5% neste ano e não sacrificará uma retomada da atividade econômica aos níveis históricos de 6 a 7% a partir de 1986. Esta é a premissa básica que o presidente Sarney sustentará junto ao Fundo, garante o porta-voz da Presidência. Para calcar a política econômica num terreno realista, antes da montagem do pacote de saneamento das finanças públicas, o presidente enviou

o ministro das Relações Exteriores, Olavo Setúbal, a Washington, com a tarefa de desenvolver um trabalho de sensibilização do governo norte-americano para o momento político brasileiro.

Não pode haver recessão num instante em que o governo restaura as forças políticas do País, e espera que com a ajuda do governo norte-americano, o FMI seja "sensível" a essas questões, como sublinhou uma qualificada fonte oficial.

Isto também não significa que as medidas de ajustamento se encerram com o pacote de sexta-feira última. Estão em preparação novas providências na área fiscal e de receita das empresas estatais, anunciou o porta-voz da Presidência da República, sem oferecer

maiores detalhes. Sabe-se, contudo, que o ministro da Fazenda, Francisco Dornelles, tem pelo menos mais uma medida para acionar na área fiscal: a antecipação da cobrança do Imposto de Renda sobre os juros dos títulos pós-fixados ou, como o mercado denominou, a "tributação na cabeça".

Além de uma provável recomposição das tarifas das empresas públicas, que o presidente Sarney não aprovou ainda, à espera de estudos mais aprofundados sobre os riscos de descontrole inflacionário, outra alternativa está sendo cuidadosamente examinada pela assessoria econômica do Palácio do Planalto: a abertura do capital das empresas estatais ao mercado acionário. Faz parte dessa intenção, também, um con-

trole mais rigoroso dos gastos das empresas estatais, na medida seus balanços seriam examinados pela Comissão de Valores Móveis (CVM).

"O importante é que o estilo de negociação com o FMI mudou", acentuou uma fonte do Palácio do Planalto, que procurou mostrar que o "processo de endurecimento" está sendo trabalhado lentamente pelo presidente da República, e ele definiu, com o pacote de corte de gastos e aumento de receitas, "o que pode e o que vai aceitar". O Fundo deverá comunicar sua apreciação da política econômica de curto prazo do governo Sarney através do representante do País no FMI, Alexandre Kafka. Se for necessário e o FMI solicitar, o secretário-geral do Ministério da Fazenda, Sebastião Marcos Vital, irá a Washington antes do dia 15. Senão o Fundo enviará uma missão negociadora também nesse período.

Sexta-feira o presidente José Sarney assinou os quatro decretos que dão sustentação às decisões da última sexta-feira. São eles:

• Previdência Social — através do Decreto nº 91.405, comissões para avaliação dos projetos relacionados como passíveis de paralisação. E em 60 dias essas comissões terão de decidir pela continuidade ou não dos projetos listados.

de bancária para até o 10 dia útil do mês subsequente ao do fato gerador. Assim, as contribuições da previdência referentes ao mês de julho terão de ser recolhidas até o dia 27 de agosto; as de agosto até o dia 24 de setembro; as de setembro até o dia 21 de outubro; as de outubro até o dia 18 de novembro; e as deste, até o dia 13 de dezembro.

• Contratações — a administração direta ficará impedida de contratar novos funcionários ou mesmo de repor vagas ocorridas com o falecimento, demissão ou aposentadoria. Fica suspenso por um ano o processo seletivo de ascensão funcional.

• Administração indireta — também as empresas estatais terão suas vagas congeladas e proibidas novas contratações ou promoções, exceto as automáticas. O congelamento de vagas não se aplica à área operacional das empresas, mas apenas ao setor administrativo-burocrático.

• Comissões — foram criadas, pelo Decreto nº 91.405, comissões para avaliação dos projetos relacionados como passíveis de paralisação. E em 60 dias essas comissões terão de decidir pela continuidade ou não dos projetos listados.